

Multiculturalismo liberal: fim do caminho. e agora?

CARLOS MANUEL NEVES CARDOSO

cmncardoso@hotmail.com

ESE do Instituto Politécnico de Lisboa

Resumo

Nos últimos anos, em diversos países ocidentais, a multiculturalidade tem estado cada vez mais afastada dos discursos políticos e, em alguns casos, é neles hostilizada através de mensagens de teor xenofóbico. Factos como estes são reveladores de um processo de fragilização das políticas para a promoção da igualdade cultural, étnica e racial. Este recuo multicultural ocorre em contradição com algumas evidências: a diversidade é uma característica definitiva, crescente e indispensável nas nossas sociedades; as condições dos imigrantes e dos refugiados, a par com situações de xenofobia e racismo, têm vindo a agravar-se. O recuo do compromisso político-institucional face às condições daqueles grupos e de outras minorias étnico-culturais, é o pressuposto deste artigo. Nele, procuramos enumerar, reflectir e discutir alguns aspectos geradores da actual situação das políticas multiculturais. Não se trata de defender a continuidade do multiculturalismo liberal como o temos conhecido, mas sim a necessidade de reconfigurar e relançar novos compromissos institucionais para a inclusão cultural, étnica e racial. Para isso, adquirem particular importância os diferentes, mas convergentes, contributos da investigação, da educação, dos movimentos sociais em favor dos direitos humanos e dos media.

Palavras-chave:

Discurso político, diversidade, multiculturalismo, multiculturalismo liberal política, políticas de inclusão, pós verdade.

Abstract

In recent years, in several Western countries, multicultural subject has been increasingly away from political speeches and, in some cases, includes xenophobic content messages. Facts like these reveal a weakening process of the policies for the promotion of cultural, ethnic and racial equality. This multicultural retreat occurs in contradiction with some evidences: diversity is a permanent, growing and essential feature in our societies; the life conditions of immigrants and refugees, together with xenophobia and racism situations, have been getting worse. The retreat of political-institutional commitment with regard to the conditions of those groups and of other ethnic and cultural minorities, is the premise of this article. In it, we enumerate, reflect and discuss some aspects which could explain the current situation of the multicultural policies. It is not a question of defending the continuity of liberal multiculturalism as we have known, but the need to re-write and reissue new institutional commitments to the cultural, ethnic and racial inclusion. To do so, acquire particular importance the different, but convergent, contributions of the research, the education, the social movements in favour of human rights and the media.

Alguns termos do multiculturalismo

Entre os termos que aqui utilizamos, alguns precisam de ser, desde já, clarificados. Outros sê-lo-ão ao longo do texto. *Multiculturalismo* é um conceito central que designa a área de conceptualização e formulação de políticas, em diversos domínios institucionais, visando a promoção do pluralismo e da igualdade em sociedades feitas de diversidade cultural, étnica e racial. É com esta abrangência que a seguir utilizaremos o termo diversidade. Mais: o conteúdo deste artigo

Key concepts:

Political discourse, diversity, multiculturalism, liberal multiculturalism, politics, inclusion policies, post truth.

é, em grande parte, preenchido pela análise crítica das políticas liberais para a igualdade, até agora desenvolvidas nas sociedades ocidentais. O vector de análise é transversal a essas sociedades independentemente da designação que, em cada uma, é utilizada para essas políticas. Por isso, são aqui desvalorizadas as diferenças, que existem, entre *interculturalismo* e multiculturalismo. Embora tenham sido objeto de abundantes análises e discussões académicas, as actuais preocupações sobre a questão da igualdade, sobrepõem-se a

esses detalhes e tocam, de igual modo, as práticas subjacentes a ambos os conceitos. Também com este pressuposto, usamos os termos *multicultural e multiculturalidade* com a abrangência necessária para discutir aspectos de diversidade cultural, étnica e racial. Este texto, evidencia, igualmente, o termo discurso político aqui entendido enquanto meio de dar voz aos políticos para exprimirem, (re)interpretando, adequando e, mesmo, alterando, a versão formal das políticas.

O conceito de *multiculturalismo liberal* que dá título ao artigo, contextualiza ideologicamente a análise que nele é desenvolvida. Define uma, entre as várias orientações possíveis do multiculturalismo, desde as mais conservadoras até às mais críticas. Baseia-se no princípio de que existe equivalência de capacidades cognitivas e semelhantes racionalidades entre as pessoas de várias raças e culturas e que, com esses pressupostos, todos os seres humanos dispõem de iguais condições para competir na sociedade capitalista. Mas este conceito – liberal - de igualdade tem um limite: a estrutura de poder existente não pode ser colocada em questão. E, nestas circunstâncias, as condições de (sobre)vivência e de sucesso serão sempre favoráveis à cultura dominante. Ao reconhecer igualdade entre os diversos grupos

em presença, ao mesmo tempo que ignora as questões do poder e das iniquidades estruturais, o multiculturalismo liberal funciona como uma forma de apaziguamento e acomodação da diversidade no seio da sociedade.

Multiculturalismo: insuficiências e necessidade de alternativas

Nos tempos que correm, têm vindo a ampliar-se situações de desrespeito pelos direitos humanos e tornaram-se evidentes indefinições e recuos das políticas orientadas para a promoção da igualdade de oportunidades no seio de sociedades feitas de diversidade. Observam-se, mesmo, situações de negação e ataques a tais políticas. Na origem destas oposições, não estão só partidos e movimentos de cariz racista e xenófoba, à margem dos poderes instituídos; encontramos também governos instalados e partidos com fortes probabilidades de conquistar o poder. É, hoje, evidente que, como diz o secretário geral da ONU, António Guterres, “O desrespeito pelos direitos humanos é uma doença que se está a disseminar.” Mas tão grave quanto essa crescente realidade, visível todos os dias em ditaduras e em regiões em guerra, é o desrespeito desses direitos, por vezes, politicamente dissimulado, a partir de governos de democracias (neo)liberais.

É, por isso, oportuno questionar criticamente o percurso já realizado pelo multiculturalismo de modo a perceber as suas insuficiências ou inadequações face a novas circunstâncias. Mas perceber também que são esses mesmos tempos que impõem a necessidade de políticas e acções urgentes e determinadas que promovam o acolhimento e a inclusão da diversidade dos que estão e dos que chegam. Nunca, nas décadas do pós-guerra como agora foi tão dramática a situação de milhões de seres humanos. Também nunca como agora, são urgentes respostas a essas situações.

Embora os produtos do multiculturalismo, ao longo de décadas, sejam, no nosso entender, globalmente positivos, eles nunca foram consensuais. Sempre foram objecto de ataques e críticas com diversos argumentos ideológicos. Mas, nos últimos anos, aumentaram e, mesmo, radicalizaram-se vozes, não só de alguns movimentos e sectores da opinião pública mas também de influentes responsáveis políticos. Alguns desses políticos europeus declararam publicamente, já há alguns anos, a falência do multiculturalismo. Desde então percebem-se indefinições e recuos nos discursos e nos modos pouco mobilizadores como essas políticas chegam ao terreno. E, apesar deste clima de desacordo social e político em relação às versões

existentes do multiculturalismo, não são conhecidas propostas políticas alternativas visando a promoção da inclusão nesta área da diversidade.

São possíveis diversas leituras para explicar o recuo das políticas de inclusão. Pode significar o reconhecimento da incapacidade do multiculturalismo existente, para lidar com as transformações sociais que entretanto ocorreram, procurando, agora, alternativas face às exigências dessas transformações. Com esse objectivo, este conturbado período - de crise económica e financeira, de violência fundamentalista, de (res)surgimento de nacionalismos radicais, de xenofobia e de racismo -, corresponderia, então, a um tempo de espera ou de definição e relançamento de novas políticas com base em novas condições, através de outros meios e, talvez, visando outras finalidades. Ou, face ao declarado esgotamento do multiculturalismo, conclui-se que é preferível o vazio de políticas do que a existência de qualquer política formal para a inclusão. Este vazio pode pressupor um optimismo enganador de que existe já na sociedade uma dinâmica espontânea, suficiente e harmoniosa, de inclusão das minorias e imigrantes (um nível ideal de realização social da inclusão) que dispensa orientações inclusivas formais. Não é obviamente o que emer-

ge do clima social que hoje se vive nas nossas sociedades. Ou, numa leitura também pessimista, o recuo multiculturalista dos governos e o, por vezes, necessário reforço de controlo securitário, são formas de conter a chegada de imigrantes e de refugiados a sociedades também em crise social e económica. Aquele recuo pode também ser entendido como sinal de que essas sociedades já não estão disponíveis para lhes proporcionar as mesmas condições de acolhimento até agora previstas pelo multiculturalismo.

Pode compreender-se que o multiculturalismo, como o conhecemos, tenha sérias limitações para lidar com fenómenos como a intolerância religiosa e o terrorismo. Mas, sejam quais forem as causas do estado actual das políticas multiculturais, mantêm-se inalteráveis aspectos essenciais que obrigam à continuidade ou à adopção de renovadas políticas de inclusão. Por um lado, a diversidade cultural é, e continuará a ser, uma característica marcante e crescente das sociedades desenvolvidas ocidentais. A necessidade de desenvolvimento e a continuidade do bem-estar das nossas envelhecidas sociedades não podem dispensar os imigrantes. Por outro lado, essas sociedades estão longe de incluir dinâmicas espontâneas de inclusão que possam substituir políticas formais e explícitas com essa finalidade.

E, contrariamente ao que alguns pensam, a ameaça do terrorismo fundamentalista que hoje ensombra o ocidente, que naturalmente exige respostas defensivas e securitárias adequadas, reforça a necessidade de respostas, recontextualizadas, para a inclusão. O recuo ou a ausência de respostas institucionais não exclui a realidade de fundo: a natureza diversa das sociedades em que vivemos e os direitos de todos à igualdade de oportunidades.

A importância das políticas e do discurso político

Do que referimos, emerge a relevância das políticas - neste caso, das políticas multiculturais - como factor de compromisso institucional na regulação das práticas sociais. Ranson, S. (1996) sublinha assim a importância das políticas:

De formas diversas, as políticas (...) desafiam sistematicamente as assunções e as práticas herdadas e consolidadas no seio de uma organização ou de um estado. Elas apontam orientações para o futuro em vez da tradição e das rotinas herdadas; realizam-se através de práticas sistemáticas em vez de procedimentos pontuais ou ad hoc; baseiam-se em análises explícitas em vez de implícitos ou simples senso comum; pressupõem pensamento e reflexão em vez de improviso e confusão; privilegiam o dinamismo da mudança em vez do imobilismo; são proativas em vez de reactivas. (p. 256)

A adopção do multiculturalismo, a partir dos anos 60, nos países mais desenvolvidos e, nos anos 90, em Portugal, significou a visibilidade e centralidade social e política, da inclusão, da igualdade e do anti-racismo. Mobilizou dinâmicas individuais e institucionais - estruturas políticas, escolas, universidades, centros de investigação, associações, movimentos de direitos humanos - para a realização daqueles requisitos, embora com incidência, profundidade e convicções ideológicas diferenciadas. Esta diferenciação ideológica - de objectivos e de processos - determinou desenvolvimentos, por vezes, contraditórios e pouco consensuais, mas significou sempre, a responsabilização institucional pela inclusão e pela promoção da igualdade. E, pelo simples facto de existirem, produziram, apesar das críticas, mudanças fundamentais e avanços significativos neste domínio.

Para além da importância da expressão formal das políticas a que se refere Ranson, os discursos que as veiculam e divulgam são elementos essenciais para a sua caracterização. Dão voz às políticas formais e a expressão que se deseja que tenham na realidade, revelando maior ou menor adequação aos contextos e aos destinatários.

O discurso da pós-verdade

A plasticidade demagógica, emocional e propagandística do discurso político, sempre existiu, mas está hoje semanticamente reconhecida. Os discursos em torno do Brexit e das eleições americanas, criaram as condições para elevar um novo termo - pós-verdade - a palavra do ano de 2016 e ao seu reconhecimento pelo Oxford Dictionary. Designa, predominantemente, conteúdos ideologicamente manipulados, à margem dos factos tornando-os menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais. Exprime a natureza ambígua do discurso político e é, em grande parte, preenchido por quase verdades, (in)verdades, mentiras; recusa os factos objectivos para elaborar narrativas oportunistas que exploram as emoções dos descontentes apontando em geral, os *Outros* como culpados pelos os seus males e frustrações. O jornal *The Economist* designa a pós-verdade como “a arte da mentira”. Os discursos de campanha a favor do Brexit e de Trump nas eleições americanas, para além da retórica de outros grupos radicais de extrema direita, exemplificam bem a natureza da pós-verdade. As minorias étnicas e raciais, os imigrantes e os refugiados, têm sido os principais actores sobre quem e contra quem, directa ou indirectamente, são elaborados tais discursos, racis-

tas e xenófobos. E, como as evidências parecem demonstrá-lo, o reconhecimento e a consagração semântica da palavra - pós-verdade - vai legitimando e dando maior liberdade aos discursos extremistas, mobilizadores de emoções racistas e xenófobas.

Nos Estados Unidos, a campanha eleitoral de Trump, utilizou o impacto emocional da culpabilização do “Outro”, apontando explicitamente os “não brancos”, “não americanos” como responsáveis por muitos dos males dos “verdadeiros” americanos. A mais de um mês das eleições, Thomas Piketty (*Visão*, 27/09/2016) escrevia que Trump “exarceba o conflito racial e identitário para evitar o conflito de classe” e “explica aos brancos derrotados pela globalização que o seu inimigo são os negros pobres, os imigrantes, os mexicanos ou os muçulmanos...”. Explora as clivagens étnicas, a “ideologia de uma fortuna bem merecida” e a predominância do “mercado e da propriedade privada”. Para além de ter jogado com aquelas clivagens e focalizado nas minorias e imigrantes as causas dos males dos americanos desfavorecidos pela globalização, Trump captou e utilizou a profunda insatisfação de consideráveis franjas das classes baixa e média, em relação aos políticos e às formas tradicionais de fazer política. Hoje, passados meses desde a eleição de Trump, os EUA,

com refere Krugman (*Visão*, 16/04/2017), “são governados por um presidente e por um partido que no fundamental não aceitam a ideia de que há factos objectivos. Em vez disso querem que toda a gente aceite que a realidade é o que eles disserem que é”.

O radicalismo das emoções

A exploração política das emoções é uma realidade de todos os tempos e as consequências têm sido historicamente devastadoras. Na história moderna europeia, o nazismo foi o exemplo mais extremo deste tipo de exploração; a segunda guerra mundial, os campos de extermínio e 50 milhões de mortos, foram a consequência. À semelhança do discurso de Trump, culpabilizante de outros “não americanos”, também, no núcleo do discurso de propaganda nazi, estiveram *Outros* como os judeus, considerados exploradores do povo alemão e perigosos conspiradores, e grupos vistos como espécies inferiores e marginais: deficientes, ciganos, homossexuais e outras minorias. Os nazis apropriaram-se do preconceito popular, historicamente construído, contra os judeus para, através de manipulação política consciente, aprofundarem a doutrina e o movimento anti-semita. A partir desta base, para além de retratarem os judeus como causadores dos males económicos e financeiros da Alemanha após a

1ª guerra, o nazismo elabora e explora o mito da conspiração judaico-comunista; o mito de uma aliança entre os judeus e os comunistas que faria destes, agentes de uma conspiração global liderada pelos judeus com o fim de escravizar e submeter o mundo aos seus interesses. Hoje, como então e como sempre, é a culpabilização dos *Outros* - culturais, étnicos, religiosos, estrangeiros – pelas situações de crise, que alimenta o discurso mais radical e que mais seguidores agrega e aprofunda os radicalismos. E são, em particular, os nacionais que, de alguma forma, se sentem e são vistos como mais desfavorecidos em situações de crise económica ou de guerras que, nessas circunstâncias, mais facilmente deixam que as emoções superem a razão. Hoje, esboçam-se discursos e estratégias propagandísticas semelhantes com consequências em grande parte imprevisíveis mas, sempre, ameaçadoras. Os efeitos (marginais?) da globalização atingiram um número significativo de nacionais, outrora da classe média e baixa classe média, excluídos por desqualificação de competências ou por deslocalização das empresas. São particularmente estas franjas de descontentes que perderam regalias com a globalização, os destinatários dos discursos políticos que exploram e estimulam emoções, procurando culpados entre as minorias e os imigrantes e, mais

recentemente, entre os refugiados. Trata-se de um eleitorado fragilizado, disponível para aceitar explicações emocionais primárias para a sua condição, que facilmente perde capacidade para distinguir a razão das emoções na explicação dos factos. E, mais uma vez, emergem paralelismos com tempos historicamente recentes. A propósito dos regimes totalitários como o nazismo, Hannah Arendt (1989: 526) refere que: “O súbdito ideal do regime totalitário não é o nazi convencido nem o comunista militante, mas sim o homem para quem não existem diferenças entre facto e ficção, nem entre verdadeiro e falso”.

As palavras de Arendt continuam a fazer todo o sentido para a compreensão de mecanismos de radicalização em qualquer momento histórico. Nos últimos anos, os factos têm sido, frequentemente, substituídos por ficções emocionalmente elaboradas e potencialmente geradoras de clientes de ideologias totalitárias, racistas e xenóforas. No mundo digital em que vivemos, qualquer um pode ter os meios e o espaço para divulgar informação, ideias, estados de alma, emoções e, sempre, com audiências asseguradas. A atracção pelas audiências e/ou o desejo de divulgar a sua mensagem, leva a que muitos procurem transmitir o que os outros querem ou gostam de

ouvir e/ou o que possa responder às suas inquietações, frustrações e desejos. E tudo, em geral, em versão superficial e sem peso reflexivo ou fundamentos de elementar racionalidade. Imagine-se, agora, o efeito exponencial destes meios e destas estratégias de divulgação e promoção de ideologias radicais ou não, ao serviço da propaganda do estado, de movimentos ou partidos políticos!

Multiculturalismo: percursos contextualizados e híbridos

A evolução do multiculturalismo como de qualquer política, é entendida através de etapas, histórica e socialmente, datadas e contextualizadas. Em cada sociedade e em cada momento, o multiculturalismo tem expressões únicas. Como refere, Goldberg (1994):

(...) a condição multicultural... não pode ser definida de modo redutivo. Ao contrário, deve ser descrita fenomenologicamente; as suas condições e possibilidades de transformação, especificadas; os seus modos de expressão, caracterizados; a sua história descrita através de períodos correspondentes às formas próprias como foi ocorrendo. (p. 1)

As palavras do autor pressupõem, para cada sociedade, um processo contínuo de ajustamento das respostas institucionais às necessidades de inclusão dentro de parâmetros, incluindo os ideológicos e os políticos, definidos. Em cada momento, aquelas respostas resultam de

circunstâncias sociais complexas e de contributos diversos que dão origem a formas compósitas e híbridas de multiculturalismo. Com esta linha de análise, são identificáveis ao longo de décadas, em sociedades de acolhimento ocidentais, diversas fases. O início do reconhecimento institucional da diversidade foi, em geral, precedido por uma fase que ignora a presença, embora já relevante, de imigrantes e de minorias. Seguiram-se, num *continuum* evolutivo híbrido, políticas com maior incidência no assimilacionismo, avançando para matrizes com fortes referências no integracionismo cultural para, aqui e além, avançar para versões de multiculturalismo crítico, conjugando orientações de integração e inclusão cultural com a anti-discriminação. Em geral, essas políticas adoptaram processos que visaram a acomodação pacífica dos imigrantes e minorias nas dinâmicas sociais e culturais da sociedade de acolhimento. Por isso, um olhar retroactivo sobre o *continuum* do multiculturalismo e sobre o seu impacto na inclusão, parece mostrar uma presença constante, embora oscilante, de perspectivas assimilacionistas. Na verdade, não há integração ou inclusão acomodada, sem maior ou menor assimilação de traços das culturas das sociedades de acolhimento. O assimilacionismo corresponde, em geral, à atitude e disponibilidade ini-

cial da maioria dos nacionais para olhar e aceitar, na sua sociedade, de modos mais ou menos tolerante, os não nacionais.

Em Portugal, apesar de ser um país com passado recente enquanto colonizador e de, já nos anos 80, ser significativa a presença de imigrantes, o reconhecimento e assunção institucional da diversidade cultural, só ocorreu no início da década de 90. Mesmo tendo em conta as limitações de leituras redutivas da condição multicultural em qualquer sociedade, como alerta Goldberg, arriscamos a afirmar que o percurso do multiculturalismo em Portugal tem vindo a ocorrer mais por reprodução de orientações e de etapas já realizadas noutros países, do que por contextualização plena na nossa realidade. Cá, como possivelmente, noutros países, o multiculturalismo tem feito navegação à vista. Apesar do significativo volume de investigação realizada neste domínio, tem faltado a sua sistematização crítica que possa mostrar o perfil dos seus percursos, necessidades de adequação à realidade e, sobretudo, dos seus produtos reflectidos na escola e na sociedade.

Multiculturalismo: diversidade de percursos, resistências e desacordos

Mais uma vez lembramos Goldberg quando sublinha a natureza úni-

ca da condição multicultural cuja compreensão exige, em cada sociedade, descrições fenomenologicamente fundamentadas. As respostas políticas face à diversidade são influenciadas por diversos factores determinantes. Entre outros, estão as características étnicas, culturais e demográficas; os fluxos migratórios; as ideologias, política e socialmente dominantes; a situação social e económica; a influência dos movimentos dos direitos humanos; a consciencialização das comunidades acerca dos seus próprios direitos; e o conhecimento crítico e transformista em relação à situação dos diferentes grupos na sociedade. Os olhares e as abordagens sobre a diversidade em cada sociedade, são sempre ideológica e emocionalmente influenciados, incluindo preconceitos mais ou menos enraizados em diversos sectores das sociedades, e que em geral, são difíceis de ultrapassar. Também por isso, as diversas orientações políticas face à diversidade são, frequentemente, contraditórias e objeto de resistências e desacordos quanto aos seus fundamentos ideológicos, às suas metodologias, às suas práticas e às suas reais finalidades. Isso mesmo emerge da análise crítica do percurso do multiculturalismo em sociedades de acolhimento ocidentais. Nos países com um longo passado de imigração, como os Estados Unidos e nos que, como o Reino Unido e a

França, realizaram a descolonização no pós-guerra, as respostas políticas à questão da diversidade têm vindo a ocorrer desde os anos 60. E, ao longo destas décadas, as diversas expressões do multiculturalismo - como todas as políticas que envolvem diferenças e confrontam preconceitos e discriminações - devido a motivações ideológicas e emocionais, nunca foram consensuais. Foram objeto de críticas e ataques quer à direita quer à esquerda. À direita porque, supostamente, as medidas de discriminação positiva favoreciam mais os não nacionais e não brancos; à esquerda porque o reconhecimento da diversidade cultural na sociedade e na escola, não seria mais do que uma estratégia para manter a submissão e o controlo das minorias, sem concessões significativas; ou seja uma estratégia que reconhece as diferenças para manter as desigualdades. Além disso, os anti-racistas insistiam que o multiculturalismo liberal e conservador não tinha em conta as bases estruturais - ideológicas, históricas e sociais - das diversas formas de discriminação cultural, étnica e racial. Para outros, faltou ao multiculturalismo uma orientação que, da mesma forma que promovia direitos, fosse intransigente em relação às obrigações das minorias face às normas das sociedades de acolhimento.

Falência do multiculturalismo; rupturas ou novas continuidades?

des?

Ao longo destas décadas, as variantes do multiculturalismo liberal visaram sempre a realização de níveis de inclusão necessários à manutenção do controlo político e da estabilidade social. Este equilíbrio tem vindo entrar em ruptura devido a novos e perturbantes desafios colocados às democracias pelo processo de globalização: a crise económica e financeira; a exclusão social e económica de franjas significativas das populações; a intensificação de fluxos de imigrantes e de refugiados; o recrudescimento de guerras e conflitos; o crescimento de diversas formas de radicalismos e os fenómenos de terrorismo a elas associados. Se por um lado a globalização tem facilitado os contactos, as trocas e a criação de novos grupos de interesse com as mais diversas afinidades - culturais, linguísticas, religiosas, políticas e ideológicas e outras - por outro lado, tem tornado mais evidentes antagonismos e, mesmo, radicalizações. No plano material, o neoliberalismo selvagem, facilitado pela globalização, tem gerado concentrações chocantes de riquezas, aumentando o fosso – a par da injustiça e da desigualdade – na distribuição de riqueza entre comunidades, regiões e países. Radicalizaram-se guerras e conflitos; acentuaram-se fundamentalismos; intensificaram-se migrações em condi-

ções dramáticas como os recentes movimentos de refugiados de zonas de guerra para a Europa. Estas novas circunstâncias que têm vindo a aprofundar a insuficiência das tradicionais respostas institucionais aos problemas e a perturbar o existente *status* do multiculturalismo, impõem descrições fenomenológicas renovadas das condições humanas em cada sociedade e que apoiem rupturas sustentadas, reconfigurações ou novas continuidades das políticas de acolhimento e inclusão.

O princípio da regressão do multiculturalismo ocorreu, no início do século, com os atentados terroristas em Nova Iorque, Londres e Madrid - e, mais tarde, noutras locais - e as circunstâncias (sociais, políticas, ideológicas e religiosas) que estiveram na sua origem. Com estes acontecimentos, as políticas multiculturais orientadas para a inclusão mas também, para a acomodação dos imigrantes às condições sociais e económicas das sociedades de acolhimento, revelaram indícios de inadequação àqueles fins. A prova suprema da insuficiência ou, mesmo, falência do multiculturalismo coincide com o reconhecimento político de que na preparação e realização de alguns daqueles atentados, participaram nacionais dos países de acolhimento. Precisamente cidadãos beneficiários de programas de educação

multicultural e de outras políticas sectoriais inclusivas. É nesta circunstância que, evocando resultados indesejáveis de décadas de multiculturalismo, face a situações de fundamentalismo e de insegurança na Europa, alguns altos responsáveis políticos (Merkel, Cameron, Sarkozy), declararam explicitamente, já há alguns anos, a sua falência. Segundo Cameron, a doutrina do multiculturalismo estatal favoreceu o isolamento e separação das vidas das diversas culturas em relação à cultura dominante. Por isso, segundo ele, as culturas imigrantes isoladas cairiam mais facilmente no terrorismo e no fanatismo. E, para ele, a alternativa política de “inclusão” incluir-se-ia no espaço de um “liberalismo musculado” (Cameron).

Balanço do multiculturalismo

Apesar das críticas que possam ser feitas ao multiculturalismo liberal, o balanço que dele se possa fazer, ao longo destas décadas, é claramente positivo. Para além das declarações políticas, acima referidas, sobre a insuficiência dos seus resultados, alguns analistas evocam diversas hipóteses explicativas para o recuo ou incerteza das políticas de inclusão cultural. Alguns colocam em primeiro lugar, a ascensão ao poder de ideologias nacionalistas com tendências xenófobas que, simplesmente, têm vindo a aprofundar antagonismos cul-

turais e raciais e a negar ou a condicionar, a aplicação dessas políticas. Outros referem como causa, a compreensível reacção dos países de acolhimento face aos ataques terroristas. Outros ainda, olhando para o percurso do multiculturalismo, referem a falta de convicção e realismo das políticas adoptadas, criticando perspectivas relativistas, etnocêntricas e, mesmo, supremacistas. Para outros foram causas afectivas e emocionais como a subvalorização dos anseios dos imigrantes e dos laços às suas origens e identidades. Nesta linha, Bhikhu Parekh (2005, *Courrier Internacional*, 4-10 Novembro) em vez de “isolamento e separação das vidas das diversas culturas” (Cameron), prefere evocar que faltou ao multiculturalismo no Reino Unido maior consideração pelos laços afectivos entre a sociedade de acolhimento e as comunidades imigrantes. A ausência ou fragilidade desses laços, facilitou o contágio das comunidades imigrantes e dos seus descendentes pela radicalização a partir de núcleos extremistas no seio daquelas comunidades e dos seus países de origem. A atribuição de cidadania formal do país de acolhimento a pessoas originárias ou descendentes de outras culturas, não é, por si, condição suficiente para a adesão incondicional às normas e aos valores do país. Mantendo-se, como é natural que assim seja, uma comunhão de

traços identitários, de interesses e de anseios, dentro da comunidade e desta com o país e a cultura de origem, e não havendo vínculos fortes com a comunidade de acolhimento (os tais laços afectivos), em situação de conflito, o apelo da identidade cultural e das referências culturais de origem, será sempre importante na definição de condutas.

Os desenvolvimentos recentes do multiculturalismo deixam também perceber que a matriz estruturante de valores culturais das sociedades ocidentais perdeu alguma força referencial para a inclusão dos imigrantes, facilitando a abertura de brechas para a entrada e difusão de fundamentalismos e para o crescimento de antagonismos, facilitados por ideologias radicais.

As declarações dos três líderes europeus sobre o multiculturalismo, estabeleceram ponte e pretexto para outras vozes desfavoráveis ao multiculturalismo, de outros responsáveis políticos, algumas de teor claramente xenófobo. Ao mesmo tempo foi caindo uma cortina que dificulta a percepção de alternativas – se ainda as há – face a esta realidade que, na verdade, não só não se alterou como tem vindo a agravar-se e a tornar-se mais visível. E, em algumas circunstâncias, estabeleceu-se um clima desculpabilizante de práticas ou de omis-

sões dos Estados em relação aos imigrantes e de complacência e, mesmo, apoio, mais ou menos discreto, a movimentos xenófobos e racistas.

Media, investigação e educação: núcleo de alternativas

Apesar das insuficiências do multiculturalismo face às novas circunstâncias, a que fizemos referência neste texto, ele tem deixado produtos indispensáveis para assegurar continuidades no caminho para a inclusão e para a igualdade de oportunidades. O seu desenvolvimento foi sendo realizado através de articulações, indispensáveis, com estruturas e movimentos de defesa dos direitos humanos, com a investigação, com os media, e com a educação. As respostas necessárias para o relançamento de políticas e práticas de inclusão continuarão, em grande parte, a ser determinadas por aqueles núcleos. Estes agentes, em conjunto, embora com incidências diferentes, podem (a) prosseguir a realização dos seus papéis em defesa da igualdade, (b) denunciar, com evidências da investigação, as inconsistências, mentiras e ficções que sustentam os discursos e as práticas políticas xenófobas e racistas, (c) exigir e pressionar a (re)definição de políticas inclusivas alternativas.

Os media. O discurso de Trump e de outros líderes populistas do

nosso tempo, numa aparente estratégia democrática, manipula e capta eleitores e tem servido para evitar o escrutínio dos media e de outros agentes com capacidade para repor a verdade baseada nos factos e na razão. Os políticos defendem que a sua verdade é a verdade do eleitorado. Se este a aceita e a escolhe maioritariamente, em democracia, ela passa a ser legitimada como verdade. Por comprometimento político e/ou afinidade ideológica ou para conquistar leitores, muitos media aderem a este frágil conceito de democracia e reproduzem aqueles discursos (de pós-verdade), sem verificação dos factos nas suas fontes. São demasiado óbvias as diferenças entre a verdade dos factos e as ficções alternativas usadas pelos políticos da pós-verdade e são demasiado perigosas as consequências da propaganda assim elaborada. Estas evidências têm vindo a mobilizar cada vez mais media sérios e responsáveis, para um jornalismo de investigação da verdade dos factos, que denuncie as políticas e os discursos baseados na mentira, nos boatos, na informação superficial e de conveniência.

A investigação. Numa entrevista à revista *Veja* (29/06/2013), António Damásio sublinha que os sentimentos e as emoções, foram fundamentais para organizar a sociedade e para a formação dos sistemas

moral e judicial. Mas, acrescenta,

as emoções por si só têm limites. Para vivermos em sociedade no século XXI, precisamos muitas vezes ser capazes de criticar as nossas próprias emoções e dizer não a elas. E a única maneira de ultrapassar as emoções é o conhecimento: saber analisar as situações com grande pormenor, ser capaz de raciocinar sobre elas e decidir quando uma emoção não é vantajosa.

As palavras de Damásio remetem para a importância central da investigação como via para o conhecimento e para relativizar as emoções. A pós-verdade exalta e explora as emoções, desvaloriza os factos e colide com a verdade científica e com os cientistas. Os políticos tendem a ignorar a objectividade dos factos revelados pela ciência, quando são vistos como verdades politicamente inconvenientes. Numa sociedade em que os benefícios sociais e materiais são, em grande parte, obtidos com produtos da ciência, parece contraditório que seja a negação de evidências da ciência que sustenta políticas tão influentes e determinantes, contrárias à igualdade. Face à negação dos valores e princípios humanos fundamentais e das evidências das ciências sociais, espera-se que comunidade científica reforce, junto do público, a importância da sua missão social na revisão de crenças e do senso comum, através de investigação sustentada na

evidência dos factos, na honestidade, na transparência dos métodos e no pensamento crítico.

A educação, a escola e os professores. As escolas e os professores têm sido os meios de excelência para realizar o caminho, até agora possível, do multiculturalismo. Sem entrar na complexidade socio-política e técnica da construção do currículo, entendemos que, hoje, a multiculturalidade deveria estar, inquestionavelmente consolidada no currículo enquanto um dos seus principais elementos. Assim entendido, o currículo, através da incorporação intencional de conteúdos e de processos, reflectiria sempre a diversidade existente na sociedade e na escola e visaria sempre a promoção da igualdade de oportunidades e o combate a qualquer forma de preconceito e de discriminação. Neste cenário, a multiculturalidade seria o produto espontâneo de um currículo assim concebido; e os professores, por inerência profissional e vocacional, seriam os promotores da igualdade de oportunidades e, por isso, da diversidade dos seus alunos; as escolas, independentemente das diretivas políticas explícitas, desenvolveriam, por inerência à sua função na sociedade, acções determinadas no sentido de manter um *ethos* escolar e uma organização curricular integradores da diversidade existente na escola e na socieda-

de.

Apesar das profundas e inquietantes transformações sociais, espera-se que, em democracia, a escola e os professores continuem a desenvolver os seus papéis enquanto agentes determinantes de multiculturalidade. O multiculturalismo, enquanto conjunto de políticas como o temos conhecido, talvez tenha chegado ao fim, mas a multiculturalidade, não. Ela é sempre o modo e a condição indispensável de convivência humana em clima de igualdade. Por isso, a educação multicultural precisa de novos fôlegos assumindo perspectivas e acções mais críticas, conjugando a promoção do diálogo (inter)cultural (ideal da multiculturalidade), o combate aos preconceitos, à discriminação e às suas bases estruturais (o ideal do anti-racismo e da anti-xenofobia).

Mas qualquer que seja a idealização curricular para a realização da multiculturalidade através da escola, ficará sempre em aberto a pressão política que não deixa de determinar a margem de manobra da escola. E, por outro lado, as novas vagas racistas e xenófobas, podem comprometer o papel esperado da escola e dos professores. Em tal clima, uns e outros não estão isentos de influências e pressões políticas ou da comunidade que possam colocar em questão priori-

dades educativas em clima de democracia. E, sendo assim, será a própria democracia a estar em questão.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (1989). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Goldberg, D. (1994). Introduction: multicultural conditions. In Goldberg, D. (Ed.), *Multiculturalism: a critical reader*. Cambridge (USA): Blackwell.
- Ranson, S. (1996). Education policy. In Gordon, P. (Ed.). *Guide to Education Research*. London: The Woburn Press.

Ficha curricular

Carlos Cardoso, PhD Educação/Educação e Diversidade (Kings College, Londres), Professor Coordenador da ESE do Instituto Politécnico de Lisboa. Autor do livro *Os Professores em Contexto de Diversidade*, 2006.